

Aula 6

A PRESCIÊNCIA DIVINA E OS FUTUROS CONTINGENTES

META

Situar o problema dos futuros contingentes e da Presciência divina no âmbito da filosofia medieval. Argumentar e compreender o conflito entre livre-arbítrio e Onisciência divina.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
Entender a relação entre presciência divina e liberdade humana a partir da filosofia de Severino Boécio;
Problematizar o tema dos futuros contingentes na doutrina de Agostinho de Hipona.

PRÉ-REQUISITOS

Filosofia antiga

Nilo César Batista da Silva

INTRODUÇÃO

A expressão «futuros contingentes» foi cunhada na modernidade, mas a discussão inicial esteve presente na filosofia de Aristóteles quando em sua doutrina buscava afirmar a necessidade do ser. Severino Boécio (475-523) ao traduzir Aristóteles para o latim trouxe para a Idade Média a polêmica sobre os futuros contingentes. A cultura helenística se tornou o espaço privilegiado de discussão dos problemas em torno da liberdade humana e do destino do homem. O estoicismo adere a tese do destino ou fatalismo, negando a liberdade humana, ou toda e qualquer possibilidade de livre-arbítrio da vontade. Quando se trata da contingência humana há de se considerar a relevância das obras de Agostinho de Hipona como ponto de partida para toda elaboração teórica no medievo.

A POSIÇÃO DE AGOSTINHO SOBRE OS FUTUROS CONTINGENTES

Com efeito, se na antiguidade tardia os futuros contingentes já eram considerados um problema a se resolver na filosofia, de fato nos primórdios da Idade Média, a questão se torna acirrada, visto que a filosofia cristã admite o princípio de um Deus único, criador e ordenador de todas as coisas que não admite contradição entre ser e não-ser. A questão que se põe para a filosofia consiste em saber como conciliar a ideia de um Deus onisciente/presciente e providente com a liberdade do homem, lugar da contingência. Agostinho na obra *A Cidade de Deus*, sabendo da dificuldade em que se encontraria em tentar solucionar a tese do livre arbitrio em conflito com onisciência/presciência divina recorre ao conceito de eternidade de Deus (fora do tempo) e, portanto, inclui a própria contingência nos planos divinos. O Deus cristão é aquele que sabe tudo o que foi, tudo o que é, e tudo o que será, assim parece fornecer mais um argumento para o enfrentar o determinismo estóico. Para Agostinho, de fato, afirmar que qualquer acontecimento possa se realizar sem que Deus o tenha previsto seria cometer um sacrilégio. Em *A Cidade de Deus*, Agostinho se indaga como é possível garantir a liberdade humana sem que a Deus seja negada, potestade, vontade e presciências soberanas? Pois quem não é presciente de todas as coisas futuras não é Deus. Enquanto Deus e as realidades primeiras são necessárias em si, as coisas finitas são necessárias para outras coisas, já que em si mesmas são possíveis e nesse sentido, são contingentes.

A formulação do problema no *De libero arbitrio* III,2,7 p.255

Sendo as coisas desse modo, não pode deixar de me preocupar, inefavelmente, como pode acontecer que, por um lado, Deus conheça de antemão todas as realidades futuras, e que por outro, não seja forçoso que nós pequemos. Com efeito, quem disser que alguma coisa pode acontecer de modo diferente daquele que Deus conhece de antemão, empenha-se por meio de uma impiedade absolutamente tresloucada em destruir a presciência de Deus. Portanto, se Deus conhece de antemão, que o ser humano, sendo bom, havia de pecar – o que necessariamente me há-de conceder todo aquele que professe comigo que Deus conhece de antemão todos os futuros. Se, portanto, isto é assim, não digo que Deus não o devesse criar, de fato, criou-o bom, e o pecado do ser humano não poderia atingir Deus, que criou bom o próprio homem. [...], portanto, isso não digo, que não criasse o ser humano; mas direi que, dado que conhecia de antemão que ele haveria de pecar, era necessário que, tal como Deus tinha previsto, isso viesse a acontecer. Por conseguinte, de que modo se pode dizer que a vontade humana é livre, quando se evidencia uma tão irrecusável necessidade?

A formulação do problema no *Civitate Dei*, V, 9 p.485

Da Presciência de Deus e a livre vontade do homem. Contra a definição de Cícero. Diz Agostinho: « Cícero esforça-se por refutar, mas julga que nada pode contra eles a não ser que suprima a adivinhação. Para conseguir, chega a negar que haja conhecimento do futuro e sustenta com todas as suas forças que nenhuma previsão dos fatos pode haver que nos homens e quer em Deus. Desta maneira não só nega a presciência de Deus, mas também procura destruir toda a profecia, mesmo que ela seja mais clara do que a luz. Todavia são muito mais desculpáveis os que admitem a fatalidade astral do que ele, que suprime a presciência do futuro. Efetivamente, é extremamente insânia admitir que Deus existe e negar-lhe o conhecimento do futuro ».

O que os pensadores medievais queriam dizer quando se referiam a Deus como eterno? Os filósofos aplicam um sentido à eternidade, perpetuidade, algo completamente fora do tempo, “atemporalidade”, sem extensão ou posição no tempo, isto é, imensurável, que existe em nenhum tempo ou em muitos tempos, passado, presente e futuro.

A disputa entre filósofos e teólogos medievais também era centrada em se o mundo podia ou não ter sido criado por Deus sem um início. Assim, a discussão gira em torno do entendimento sobre a eternidade a partir do plano da criação divina, considerando início meio e fim. Havia uma assimetria entre as atitudes com relação à ausência de início e aquelas

com relação à ausência de fim. “Anjos, almas humanas e, de fato, a punição dos condenados ao Inferno eram todos pensados como tendo início, mas não fim. Muitos pensadores, no entanto, assumiam uma posição bastante diferente com relação à ausência de início”. Eles não se contentavam em aceitar meramente, com base na autoridade, que todas as criaturas de Deus tivessem um início de fato: eles argumentavam que seria incompatível com ser uma criatura à falta, não apenas de um fim, mas também de um início. “De acordo com McGrade, essa visão fora formulada pelo pensador do século XII, Ricardo de São Vítor, e frequentemente citada no século XIII; ao final do século, Henrique de Gand propôs um sofisticado argumento em favor da mesma. Partindo desse ponto de vista, então, a eternidade é uma maneira de ser metafisicamente diferente daquela das outras coisas, e peculiar a Deus”. (Cf. McGRADE A.S. 2008, p.72).

Desta forma a polêmica da onisciência/presciência divina é introduzida na idade média como verdade teológica sem querer anular a noção de faculdade do livre arbítrio, resultando assim em muitas indagações, entre tais, a saber: i) Se mesmo as coisas que ainda não ocorreram somos tentadas a concebê-las como necessárias, no sentido de que tenham de ocorrer como Deus as sabe que vão ocorrer? ii) como poderíamos nós humanos ter a livre vontade para decidir sobre nossos atos? iii) portanto, se Deus já tem traçado o destino de uns e de outros, não é fácil compreender como haveria de existir em nós qualquer liberdade de ação e até mesmo a possibilidade de agir diferente e recriar a própria realidade.

Para dirimir as diversas objeções à presciência divina, os filósofos medievais formularam soluções que nem sempre foram consideradas razoáveis, alguns sustentam o argumento do tempo e da eternidade, isso significa dizer que a forma como nós sentimos e nos relacionamos com o tempo é diferente da forma com Deus se relaciona com ele, porque em Deus está todos os tempos, a eternidade. Conceber o tempo como uma dimensão exclusivamente humana e considerar a eternidade como eterno presente dos eventos futuros parece tentar contornar o problema. Não importa que decisão tomemos, a verdade é que temos completa liberdade de tomá-las, mas qualquer que seja nossa deliberação, no entanto, já está presente no do conhecimento de Deus.

O argumento que põe em esferas distintas o tempo infinito - o que pode ser pensado por nós - e o eterno divino - o que abarcaria de uma só vez todo o tempo passado, presente e futuro, parece ser razoável para não anular o livre arbítrio. Pois, o simples fato de vislumbrar a possibilidade de um Deus já presente no nosso futuro que ainda é desconhecido para nós, é suficiente para aceitar sem refutação cabível a presciência divina, e esta sem qualquer vinculação com a nossa livre vontade de escolha.

A QUESTÃO REVISADA POR SEVERINO BOÉCIO

O problema situado por Agostinho em harmonizar a liberdade humana, contingente, com a onisciência divina vai servir de base para o edifício filosófico de Severino Boécio nos Séculos (475-523) em *A consolação da filosofia*. Essa obra está escrita em cinco livros, sendo os primeiros dedicados a definição de felicidade, nesse ponto retoma a doutrina agostiniana de que o bem supremo do homem deve ser procurado interiormente, através da consciência de sua origem e de seu destino mediante um voltar-se para si mesmo. Além disso, Boécio na *Consolação da Filosofia*, confronta a bondade divina com a existência do mal no mundo, tendo como ponto de partida a ideia que Deus governa o mundo e sua providência leva em conta a liberdade humana.

O Livro V da *Consolação da Filosofia* ocupa fortemente o espírito do filósofo na tentativa de solucionar o problema da presciência divina que conhece o livre arbítrio e nossos atos futuros. Boécio sustenta com segurança que o conhecer divino é eterno e necessário. (Cf. *Consolação da Filosofia*, V, 2, 3, p. 190). A presciência divina rege todas as coisas e governa o mundo. Assim, Boécio começa por distinguir a providência do destino ou fado, visto que presciência divina não pressupõe a predestinação divina. Deus antever e não predestina.

A *Consolação da filosofia*, devota-se à questão específica dos futuros contingentes e a pergunta que se faz no cerne desta polêmica é a seguinte: no mundo governado pela Providência divina, pode haver qualquer coisa ou evento como sorte ou acaso? A senhora filosofia diz que não, se por acaso entendemos um evento produzido por um movimento fortuito, sem qualquer encadeamento, então, não existe essa coisa chamada acaso. O único tipo de acaso é aquele definido por Aristóteles como efeito inesperado de coincidências de causas. Nesse caso, pergunta Boécio, a rede causal deixa qualquer espaço para o livre arbítrio humano ou encadeamento do destino obriga até os movimentos de nossa mente? A dificuldade encontrada na questão dos futuros contingentes é essa: se Deus tudo prevê, e não pode estar errado, então o que é previsto por lei tem que acontecer necessariamente, pois se é possível para nossas ações e nossos desejos se mostrarem de qualquer maneira distintos do que Deus provém, então, é possível que Deus erre.

A *consolação da filosofia* admite que uma ação genuinamente livre não pode ser prevista com certeza. Mas podemos observar, sem qualquer margem para dúvida, algo acontecendo no presente. Para Boécio, o conhecimento de Deus de nossas futuras ações não é como nosso conhecimento das ações presentes de outros: Deus está fora do tempo e seu ver não é realmente um prever. Deus contempla como presente aqueles acontecimentos futuros que ocorrem devido à vontade livre.

O problema filosófico medieval da eternidade de Deus abordado por Boécio, um cristão completamente familiarizado com o neoplatonismo grego pagão, foi o ponto de partida da maior parte das discussões medievais. Então, Boécio pode estar afirmando simplesmente que tudo o que acontece na vida de Deus acontece simultaneamente, o invés de em sucessão: a vida de Deus, portanto, é um ato único, imutável, indivisível, sem começo ou fim. Nessa leitura, quando Boécio contrasta a eternidade de Deus com a interminável duração do mundo, ele não está negando que a própria eternidade divina subsista interminavelmente, mas está apontando que ela tem uma característica especial – a de ser uma vida vivida de modo completamente simultâneo – que não é compartilhada por nenhuma outra coisa interminavelmente subsistente.

Deus para Boécio é o eterno presente, leia-se as passagens do Livro V em *Consolação da Filosofia* onde trata da eternidade de Deus e a sua presciência dos futuros contingentes.

Ora uma vez que todo o juízo compreende aquilo que lhe é apresentado segundo a sua própria natureza, e que Deus está sempre numa situação de eterno presente, também o Seu conhecimento, tendo transcendido todo o movimento do tempo, permanece na simplicidade da sua atualidade. Abarcando os infinitos espaços do passado e do futuro, tudo contempla na Sua cognição simples, como se já estivesse a ser realizado. E assim, se quiseres avaliar a atualidade com que tudo conhece, avaliarás mais corretamente que não é como que uma presciência do futuro, mas um conhecimento de uma atualidade que nunca passa. Daí que não é providência, mas antes Providência que é preferível chamar-lhe, porque, estabelecida muito longe das coisas mais baixas, vê tudo como que do cimo do alto cume das coisas. Então porque é que tu exiges que se tornem necessárias as coisas que são iluminadas pela luz divina, visto que os homens também não conferem caráter necessário àquilo que vêem existir? (Cf. *A Consolação da Filosofia*, V, 6 15-19, p. 193).

Ora, do mesmo modo, se a Providência vê algo como presente, é necessário que isso exista, embora não tenha nenhuma necessidade própria à sua natureza. E Deus vê como coisas atuais as coisas futuras que resultam do livre arbítrio. E assim, estas, relativamente à visão divina tornam-se necessárias graças à condição do conhecimento divino, mas consideradas por si não se eximem à absoluta liberdade da sua natureza. Acontecerão, portanto, sem dúvida nenhuma, as coisas que Deus conhece de antemão como futuras, mas destas, umas resultam do livre arbítrio, as quais, embora aconteçam, contudo não perdem, pelo fato de existirem, a sua natureza própria, de acordo com a qual antes de serem realizadas também poderiam não acontecer. Cf. *A Consolação da Filosofia*, V, 6 30-32, p. 195.

CONCLUSÃO

Ao perceber o impacto desta obra *A Consolação da Filosofia*, no estudo da filosofia moral da Idade Média, começamos a compreender a extraordinária estatura, da sua fama e autoridade. O seu posicionamento ideológico é o de um cristão que argumenta com base na razão de forma que se cruza religião e filosofia.

Esta forma de compatibilizar a vontade livre com a Providência divina dá origem a um novo problema. Ser livre é querer o que a Providência quer; mas se a Providência tudo dispôs de antemão, e se as suas disposições são infalíveis, é o lugar de se perguntar se ainda resta espaço para a liberdade humana. Com efeito: se a nossa vontade pode decidir-se diferentemente do previsto por Deus torna-se impossível uma previsão infalível, não restando senão uma espécie de opinião vacilante e sujeita ao erro. Por outro lado, dizer que algo ocorre, não porque Deus o haja previsto, mas que Deus o prevê porque sua ocorrência é inevitável, equivale a afirmar uma necessidade incompatível com a liberdade.

No que concerne a solução deste problema Boécio se sabe solidário de uma longa tradição. Também aqui os elementos de sua doutrina são tirados em sua maioria de Calcídio. Já dissemos que Deus tudo ordena segundo o modelo das suas Ideias. Enquanto existente no pensamento de Deus, esta ordem das coisas chama-se Providência; enquanto se encontra realizada nas coisas, chama-se Destino. Trata-se de duas realidades distintas, pois a Providência é Deus e subsiste eternamente na sua imobilidade perfeita; o destino, ao invés, é a ordem prescrita às próprias coisas pela Providência, e desenrola-se com elas no tempo.

Boécio desempenhou o papel de primeiro intermediário entre a filosofia grega e o mundo latino, mas o problema dos futuros contingentes e da Presciência divina alcançou a alta e baixa Idade Média nas figuras de Guilherme de Ockham (1288-1347) e Tomás de Aquino (1225-1274) que utilizam do mesmo expediente de Boécio como parte da solução para os eventos futuros contingentes. De acordo com Tomás de Aquino, não podemos pensar a presciência divina, a partir das noções de tempo, espaço e movimento. Em *Summa Teológica*, especificamente na décima questão, valendo-se da opinião ele critica a formulação aristotélica quando diz que só pode ser medido pelo tempo, o que no tempo encontra princípio e fim. Mas, antes torna-se importante se estabelecer a diferença entre o tempo e a eternidade, pois a eternidade é a “*tota simul*” (total simultaneidade). Enquanto a eternidade é medida de um ser permanente, o tempo é medida do movimento.

A solução do Aquinato para resolver o problema em harmonizar a presciência divina com a contingência humana é apresentada a partir do modelo de Boécio, segundo o qual Deus está fora do tempo, sua vida é

medida, não pelo tempo, mas pela eternidade que não tem partes, sobrepõe o todo do tempo; conseqüentemente, as coisas que acontecem em tempos diferentes estão todas conjuntamente presentes para Deus. Um evento é conhecido como futuro somente quando há uma relação de futuro para o passado entre o conhecimento de quem conhece e o acontecer do evento. Mas a relação entre o conhecimento de Deus e qualquer evento no tempo é sempre uma relação de simultaneidade.



RESUMO

A aula discute temas relevantes na filosofia medieval: Liberdade, necessidade, livre arbitrio, contingência, vontade. O debate gira em torno da conciliação desses elementos. Será que o homem é livre para escolher, e ainda é possível que alguém saiba previamente o resultado de suas escolhas sem privá-lo de sua liberdade? O cristianismo defende a fé no Deus onisciente e providente, Deus sabe exatamente como será nosso futuro e, ainda assim somos livres. O mérito de Agostinho e Boécio é ter sido mediador entre os antigos e os medievais, assim os Escolásticos conheceram questões importantes da filosofia antiga.

Palavras chaves: Presciência, Liberdade, contingencia, Deus.



ATIVIDADES

Questões para reflexão a partir do texto:

1. Na concepção de Boécio existe alguma diferença entre Providência e fado e, também entre Presciência e destino?
2. Qual o argumento de Boécio para defender o livre arbitrio? E ao defender o livre arbitrio como conciliar com a Presciência divina? A Presciência tira o livre arbitrio?
3. A Presciência é a causa dos futuros contingentes? Como Deus conhece os eventos futuros e incertos?



PRÓXIMA AULA

O problema do mal em Agostinho de Hipona

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, SANTO. **A cidade de Deus**, 3 volumes, tradução de J. Dias Pereira. Lisboa, Portugal, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991-1995.
- AGOSTINHO DE HIPONA, **Diálogo sobre o Livre Arbítrio**. Tradução, introdução e notas de Paula Oliveira e Silva. Edição bilingue português/latim. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2001.
- AGOSTINHO DE HIPONA, **Confissões**. Tradução de Arnaldo do Espírito Santo, João Beato e Maria Cristina de Castro-Maia de Sousa Pimentel. Introdução de Manuel Barbosa da Costa Freitas. 2ª edição, edição bilingue português/latim. Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2004.
- BOÉCIO, Severino. **A consolação da filosofia**, Tradução de Luís M. G. Cerqueira, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- BOÉCIO, Severino. **A consolação da filosofia**, Tradução de Willian Li. 2ª edição, São Paulo, Martins Fontes, 2012.
- OLIVEIRA, Carlos Eduardo de. **Entre a filosofia e a teologia, os futuros contingentes e a predestinação divina segundo Guilherme de Ockham**. São Paulo, Paulus, 2014.
- McGRADE, A.S. **Filosofia Medieval**. Tradução de André Oides. Aparecida SP: Ideias e letras, 2008.